

Educação física escolar na base nacional comum curricular: competências e habilidades associadas à saúde

Érik Imil Viana Farani¹

<https://orcid.org/0000-0001-6218-9580>

Ana Luiza Rita do Nascimento¹

<https://orcid.org/0009-0002-5615-8280>

Cassio Martins¹

<https://orcid.org/0000-0003-1851-9268>

Cláudio Delunardo Severino¹

<https://orcid.org/0000-0002-7026-3477>

1 - UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.

RESUMO: Introdução: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída em 2018, é o documento normativo que orienta as aprendizagens essenciais da educação básica brasileira, visando superar a fragmentação das políticas educacionais. A Educação Física (EF) integra a área de Linguagens e assume responsabilidade pelo desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Ao tratar a saúde em uma perspectiva ampliada, a EF pode favorecer a formação de sujeitos críticos e conscientes. Assim, a disciplina contribui para a compreensão da saúde individual e coletiva, articulando saberes corporais e sociais.

Objetivo: Analisar a concepção de saúde e as ações de cuidado priorizadas pela BNCC no ensino fundamental, identificando como as competências e habilidades propostas influenciam a dinâmica da Educação Física Escolar. **Metodologia:** Trata-se de estudo qualitativo, bibliográfico, de revisão narrativa e exploratória. O referencial teórico baseou-se na BNCC, obtida no site do MEC, e na seleção de artigos das bases *Medline*, *Lilacs*, *Scielo* e *Google Scholar*, considerados pelos autores relevantes para o estudo.

Resultados/Discussões: Para os trabalhos da EF associados a saúde no ensino fundamental os resultados apresentaram-se com certa lógica, principalmente no que tange a importância da Promoção da Saúde (PS) para formação de uma sociedade mais justa, assim, encontrou-se entre competências e habilidades relacionadas a área e o seguimento estudado, (17) menções para PS e (12) para PD. **Considerações finais:** O estudo identificou coerência entre competências e habilidades da EF nos anos finais do ensino fundamental e os pressupostos da PS, diretriz central para o país. Os resultados indicam a necessidade de sistematizar a prática pedagógica docente a partir dessas diretrizes. Evidencia-se também a demanda por melhor formação e responsabilização de professores de EF e gestão escolar, pois estes, além de fiscalizar devem viabilizar condições para a efetivação do trabalho. Conclui-se que essa articulação pode fortalecer a EF na formação da autonomia em saúde. Assim, a disciplina contribui para formação de bons hábitos, qualidade de vida e bem-estar coletivo.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. BNCC. Ensino Fundamental. Promoção da saúde.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é referencial normativo que define aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes (Brasil, 2018). A BNCC ressignifica a Educação Física (EF) ao integrá-la às Linguagens, tendo a cultura corporal de

movimento como eixo central dos conhecimentos. (Furtado; Borges, 2018). Visa consolidar a EF como componente essencial à formação integral, além das práticas motoras isoladas (Impolcetto; Moreira, 2023).

A estrutura organiza as propostas pedagógicas por competências, mobilizando conhecimentos, habilidades para enfrentar demandas complexas da vida cotidiana (Brasil, 2018). As habilidades correspondem a conhecimentos práticos e reflexivos que desenvolvem competências; entre os temas, a saúde destaca-se por sua relevância e interesse acadêmico (Moraes et al., 2025). A relevância decorre da necessidade de promover estilos de vida ativos, compreendendo a saúde em suas distintas dimensões (França; Filemon, 2025). Ao priorizar competências em saúde, a BNCC busca autonomia, consciência crítica para Práticas Corporais (PC) e no bem-estar (Furtado; Borges, 2018).

A BNCC evidencia a necessidade de sistematização das unidades temáticas na educação e destaca a saúde como tema relevante pela vulnerabilidade contemporânea.

Dalmolin (2011) apresentam duas concepções de saúde: uma ampla e complexa, fundamentada nos determinantes¹ e nas interações que influenciam o processo saúde-doença; e outra reducionista, que a define como ausência de doença, restringindo-se ao funcionamento do corpo físico (Yépez; Pinheiro, 2002). Para efeito de busca das competências e habilidades junto a BNCC, serão considerados os determinantes da saúde descritos na Lei nº 8.080/90.

Como segundo aspecto fundamental, destacam-se as ações de Promoção da Saúde (PS) e Prevenção de Doenças (PD), conforme preconizado pela Política Nacional de PS.

...o conceito ampliado de saúde e o referencial teórico da promoção da saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, caracterizando-se pela articulação e cooperação intra e intersetorial, pela formação da Rede de Atenção à Saúde (RAS), buscando articular suas ações com as demais redes de proteção social, com ampla participação e controle social (Brasil, 2014, p.1).

Importante destacar que a concepção ampliada de saúde estabelece uma relação de causa e efeito com as ações de PS.

¹ Redação da Lei nº 12.864/2013: Art. 3 Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, como, alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (Brasil, 1990).

Soares *et al.* (2022) A PD consiste em ações voltadas à redução do surgimento de enfermidades específicas, fundamentadas no conhecimento de sua história natural.

A pesquisa problematiza sob quais concepções de saúde e ações de cuidado a BNCC fundamenta as competências e habilidades propostas aos estudantes brasileiros, especialmente na EF.

Diante desse contexto, o estudo analisou as concepções de saúde e ações de cuidado priorizadas pela BNCC no Ensino Fundamental, examinando sua influência na Educação Física Escolar (EFE) e sua capacidade de subsidiar práticas pedagógicas alinhadas à PS e à formação cidadã.

O aporte teórico do estudo baseou-se na BNCC (2018), do portal oficial do MEC, e em artigos científicos recuperados das bases *Medline*, *Lilacs*, *Scielo* e *Google Scholar*.

Como critérios de inclusão, consideraram-se a BNCC voltada ao Ensino Fundamental II e artigos publicados em português entre 2017 e 2025. Os estudos selecionados deveriam abordar diretamente a EFE no contexto da BNCC, com ênfase na identificação de competências e habilidades relacionadas à saúde.

Foram excluídos da análise os segmentos da Educação Infantil e do Ensino Médio, bem como artigos não publicados em língua portuguesa, fora do período de 2017 a 2025 ou sem relação direta com a temática investigada. Na seção de resultados, realizou-se o levantamento das competências e habilidades voltadas à saúde no Ensino Fundamental II. Para conferir maior clareza à apresentação dos dados, os achados extraídos da BNCC foram organizados em quadros, incluindo uma coluna destinada à classificação das ações de PS e PD, com transcrição direta dos trechos do documento para evitar ambiguidades.

A seleção das competências e habilidades baseou-se no Art. 3º da Lei nº 8.080/90 e em seu parágrafo único, que define a saúde a partir de seus determinantes, condicionantes e da promoção do bem-estar físico, mental e social.

Com base no parágrafo único citado anteriormente, a seleção das competências e habilidades considerou ações voltadas à garantia do bem-estar físico, mental e social (Brasil, 1990). Também foram utilizados termos relacionados aos determinantes da saúde previstos na legislação, além da classificação das ações em PS e PD.

A principal dificuldade do estudo ocorreu na análise da BNCC, devido à amplitude das habilidades e à necessidade de distinguir cuidadosamente ações de PS e PD. Para subsidiar essa classificação, os termos relacionados foram destacados em negrito nos quadros de

resultados. Nas conclusões, apresentaram-se os principais achados do estudo e sugestões para pesquisas futuras que possam aprofundar a temática investigada.

REVISÃO DA LITERATURA

Educação e saúde considerações sobre aproximações

Czeresnia (2003) aponta que a saúde pública tem sido transformada sob a influência da Saúde Coletiva, com crescente valorização da PS. Nesse contexto, Winslow (1920) destacou a importância da organização comunitária e de programas educativos, contribuindo para associar a PS à educação da população e ao bem-estar coletivo.

Em 1974, Lalonde reformulou a concepção de educação em saúde ao enfatizar a responsabilidade individual sobre a própria saúde, promovendo uma nova perspectiva para sua compreensão e cuidado (Lalonde, 1996).

No cenário internacional, a PS foi fortalecida por marcos como a Conferência de Alma-Ata (1978) e as Conferências Internacionais de Ottawa (1986), Adelaide (1988) e Sundsvall (1991). Esses eventos consolidaram a educação como elemento central para a emancipação dos indivíduos e a promoção do cuidado em saúde (WHO / *United Nations Children's Fund*, 1978; OMS, 1986; 1988; 1991).

No Brasil, o debate sobre PS foi impulsionado pelas discussões internacionais lideradas pela OMS a partir de 1986 (OMS, 1986), estimulando a reformulação da saúde pública sob uma perspectiva mais democrática e participativa. Esse movimento contribuiu para superar a visão estritamente biomédica, fortalecendo o conceito de saúde ampliada como referência para políticas públicas e debates institucionais (Czeresnia, 2009).

A compreensão da saúde ampliou-se ao reconhecer que ela não se restringe à ausência de doenças, mas que é resultado dos determinantes e condicionantes da saúde. Essa perspectiva deslocou o foco do tratamento para a prevenção e a conscientização social, fortalecendo abordagens pedagógicas e transformando a organização comunitária e os programas educativos em saúde (OMS, 1986; Czeresnia, 2009).

A Constituição Federal de 1988 consolidou a saúde como direito de todos e dever do Estado, assegurando acesso igualitário às ações de proteção e recuperação (Brasil, 1988). Esse marco fortaleceu a relação saúde e cidadania, atribuindo à educação papel fundamental na formação de estudantes capazes de compreender, exercer e defender seus direitos pelos conhecimentos teóricos e práticos relacionados à saúde e à qualidade de vida.

A EFE incorporou os princípios da saúde renovada, superando modelos higienistas e militaristas centrados na repetição de exercícios. Essa abordagem promove uma concepção sistematizada de saúde, fundamentada nos aspectos biopsicossociais e na cultura corporal, fortalecendo o tratamento pedagógico de temas relacionados ao bem-estar, à qualidade de vida e à formação integral dos estudantes (Czeresnia, 2009).

Atualmente, essa abordagem orienta a atuação do professor de EF na Educação Básica (EB), priorizando a discussão de temas contemporâneos, como sedentarismo, alimentação e padrões corporais. Ao problematizar essas questões, o docente promove o pensamento crítico e a autonomia dos estudantes, favorecendo escolhas mais conscientes e saudáveis relacionadas à saúde e à qualidade de vida.

A Educação Física na educação básica

A EE consolidou-se como componente curricular obrigatório voltado ao estudo da cultura corporal de movimento. Para Darido (2003), suas aulas devem transcender o desempenho físico, promovendo a formação cidadã e a reflexão crítica sobre o corpo. Dessa forma, a disciplina articula vivências práticas e conhecimentos teóricos, favorecendo uma compreensão ampliada do movimento humano.

A implementação da BNCC trouxe novos desafios para a EFE. Embora o documento organize os conteúdos a serem ensinados, apresenta limitações que exigem atenção docente, especialmente quanto à valorização das especificidades culturais locais e regionais Neira (2018). Nesse contexto, o papel da EF no currículo escolar permanece objeto de debate e constante reflexão (Furtado; Borges, 2018).

A relação entre EF e saúde na EB constitui um dos eixos centrais da BNCC. Contudo, Bagrichevsky et al. (2008) alertam que a abordagem da saúde na escola não deve se restringir à PD ou ao controle corporal, mas contemplar a compreensão crítica dos fatores sociais e das condições de vida que influenciam o bem-estar dos estudantes.

No Ensino Fundamental II, os objetivos de aprendizagem tornam-se mais complexos, exigindo não apenas a prática, mas também a reflexão crítica sobre as atividades. Nessa etapa, a EF evolui de uma abordagem predominantemente lúdica para uma perspectiva mais técnica e analítica, favorecendo a compreensão das regras, táticas e dos significados sociais das práticas corporais realizadas pelos estudantes (Brasil, 2018).

No Ensino Fundamental II, o currículo deve equilibrar lazer e aprendizagem técnica, aproveitando a capacidade dos estudantes para compreender conceitos complexos. Nesse

contexto, a EF favorece a análise crítica das relações entre corpo e cotidiano, incluindo a influência das representações midiáticas nos padrões de beleza e sua articulação com a promoção de hábitos e práticas saudáveis no ambiente social (Souza Júnior *et al.*, 2015).

Darido (2003) entende que o desinteresse de parte dos adolescentes no seguimento estudado pode ser enfrentado por meio da diversificação de conteúdos e temáticas significativas para sua realidade. Nessa perspectiva, a EF deve oferecer experiências que promovam identificação e engajamento, favorecendo a adoção e a continuidade de práticas corporais e hábitos ativos para além do contexto escolar.

Assim a EF deve promover o desenvolvimento das competências gerais previstas na BNCC. Conforme Bracht *et al.* (2018), seu ensino deve pautar-se por princípios éticos e democráticos, assegurando a todos os estudantes o acesso aos conhecimentos da cultura corporal, independentemente de habilidades técnicas ou condições físicas.

Por fim, a autonomia constitui um dos principais objetivos da EF nos anos finais do Ensino Fundamental. Ao integrar conhecimentos teóricos e práticos sobre a cultura corporal de movimento, espera-se que os estudantes desenvolvam capacidade para gerir suas práticas de forma consciente (Impolcetto; Moreira, 2023), realizando escolhas críticas e saudáveis relacionadas ao lazer, ao autocuidado e à qualidade de vida.

Considerações sobre competências e habilidades da Educação Física na educação básica

A atuação do profissional de EF na EB é orientada pela BNCC, estabelecendo a sistematização da cultura corporal de movimento como princípio pedagógico. Para Impolcetto e Moreira (2023), a EF deve ser compreendida como fenômeno cultural multidimensional, exigindo do docente aspectos técnicos, sociais e críticos. Assim, espera-se que promova competências voltadas ao autocuidado, ao cuidado com o outro e ao uso autônomo e consciente da cultura corporal em diferentes contextos (Brasil, 2018).

No contexto escolar, espera-se que o professor de EF associe competência técnica e compromisso político-pedagógico. Sua atuação deve ser crítico-reflexiva, utilizando metodologias ativas para integrar educação inclusiva e inovação tecnológica. Além disso, cabe ao docente articular conhecimentos biopsicossociais às realidades locais, promovendo

uma aprendizagem significativa, inclusiva e sensível à diversidade e às necessidades dos estudantes (Centro Universitário de Volta Redonda, 2025).

Para a sociedade, o professor de EF desempenha papel social relevante na PS e na ampliação do acesso ao lazer. Espera-se que sua atuação favoreça a formação de hábitos saudáveis, valores éticos e processos de emancipação dos estudantes. Assim, sua competência é avaliada pela capacidade de contribuir para o bem-estar e preparar os jovens para uma participação autônoma, crítica e ativa na sociedade contemporânea (Brasil, 2018; Silva Filho; Souza; Sousa, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento inicial, apresentado no Quadro 1, identificou quatro competências gerais da BNCC relacionadas à atuação dos profissionais de EF na EB, todas classificadas como ações de PS.

Quadro 1 - Competências gerais para EB na BNCC

Nº	COMPETÊNCIA GERAL PARA EB	Ênfase
1	Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa , democrática e inclusiva.	PS
7	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.	PS
8	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional , compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.	PS
10	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	PS

Fonte: Elaborado pela autora.

No Quadro 1, das quatro competências gerais selecionadas, duas relacionam-se ao determinante meio ambiente e duas ao bem-estar social, sendo uma delas também associada à saúde física.

Agora, o Quadro 2 apresenta as competências específicas da EF na EB. Foram selecionados cinco itens, classificados quanto à ênfase das ações em três para PS e três para PD. Destaca-se que a competência nº 3 foi categorizada com dupla ênfase. Tal classificação justifica-se pela presença de elementos de PS, relacionados aos determinantes saúde, lazer e trabalho, e de PD, em razão da preocupação com possíveis agravos à integridade física, mental e social.

Quadro 2 - Competências específicas para EF no Ensino Fundamental II

Nº	COMPETÊNCIA ESPECÍFICAS PARA EF	Ênfase
3	Refletir, por meio de procedimentos cognitivos, sobre as PC, relacionando-as a aspectos estéticos, ideológicos, de saúde e de segurança, de lazer e de trabalho .	PS/PD
4	Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde , beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia e discutir posturas consumistas e preconceituosas.	PD
5	Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às PC e aos seus participantes.	PD
8	Usufruir das PC de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer , ampliar as redes de sociabilidade e a PS .	PS
9	Reconhecer o acesso às PC como direito do cidadão , propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.	PS

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda no Quadro 2, nas competências elegíveis para PS, identificaram-se duas ações relacionadas ao lazer, uma à saúde, uma ao trabalho e uma ao termo “direito do cidadão”, este último também compreendido como ação de PS. Para PD, observou-se duas ações voltadas à manutenção da saúde mental e uma à segurança, conforme já justificado anteriormente no texto.

Para análise do Quadro 3, que apresenta as habilidades de EF para o Ensino Fundamental II, foram mapeados 18 itens. Quanto à classificação das ênfases, os dados indicam relativo equilíbrio entre as categorias, com nove ações direcionadas à PS e dez para PD, considerando que em duas habilidades foram contempladas ambas as vertentes.

Quadro 3 - Habilidades para EF no Fundamental II

Nº	HABILIDADES PARA EF	Ênfase
EF67EF06	Analisar as transformações na organização e na prática dos esportes em suas diferentes manifestações (profissional e comunitário/ lazer).	PS
EF67EF08	Experimentar e fruir exercícios físicos que solicitem diferentes capacidades físicas, identificando seus tipos (força, velocidade, resistência, flexibilidade) e as sensações corporais provocadas pela sua prática.	PS
EF67EF09	Construir, coletivamente, procedimentos e normas de convívio que viabilizem a participação de todos na prática de exercícios físicos, com o objetivo de promover a saúde .	PS
EF67EF10	Diferenciar exercício físico de Atividade Física (AF) e propor alternativas para a prática de exercícios físicos dentro e fora da escola.	PS
EF67EF11	Identificar as transformações históricas dos padrões de desempenho, saúde e beleza, considerando a forma como são apresentados nos diferentes meios de comunicação.	PD
EF67EF17	Problematizar preconceitos e estereótipos relacionados ao universo das lutas e demais PC, propondo alternativas para superá-los, com base na solidariedade, na justiça, na equidade e no respeito.	PD
EF67EF18	Experimentar e fruir diferentes práticas corporais de aventura urbanas, valorizando a própria segurança e integridade física , bem como as dos demais.	PD

Nº	HABILIDADES PARA EF	Ênfase
EF67EF19	Identificar os riscos durante a realização de práticas corporais de aventura urbanas e planejar estratégias para sua superação.	PD
EF67EF20	Executar práticas corporais de aventura urbanas, respeitando o patrimônio público e utilizando alternativas para a prática segura em diversos espaços.	PD
EF89EF06	Verificar locais disponíveis na comunidade para a prática de esportes e das demais práticas corporais tematizadas na escola, propondo e produzindo alternativas para utilizá-los no tempo livre.	PS
EF89EF07	Experimentar e fruir um ou mais programas de exercícios físicos , identificando as exigências corporais desses diferentes programas e reconhecendo a importância de uma prática individualizada, adequada às características e necessidades de cada sujeito.	PS
EF89EF08	Discutir as transformações históricas dos padrões de desempenho, saúde e beleza, considerando a forma como são apresentados nos diferentes meios (científico, midiático etc.).	PS/PD
EF89EF09	Problematizar a prática excessiva de exercícios físicos e o uso de medicamentos para a ampliação do rendimento ou potencialização das transformações corporais.	PD
EF89EF11	Identificar as diferenças e semelhanças entre a ginástica de conscientização corporal e as de condicionamento físico e discutir como a prática de cada uma dessas manifestações pode contribuir para a melhoria das condições de vida, saúde, bem-estar e cuidado consigo mesmo.	PS
EF89EF14	Discutir estereótipos e preconceitos relativos às danças de salão e demais PC e propor alternativas para sua superação.	PD
EF89EF16	Experimentar e fruir a execução dos movimentos pertencentes às lutas do mundo, adotando procedimentos de segurança e respeitando o oponente.	PD
EF89EF19	Experimentar e fruir diferentes PC de aventura na natureza , valorizando a própria segurança e integridade física , bem como as dos demais, respeitando o patrimônio natural e minimizando os impactos de degradação ambiental.	PS/PD
EF89EF21	Identificar as características (equipamentos de segurança, instrumentos, indumentária, organização) das PC de aventura na natureza , bem como suas transformações históricas.	PS

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise do Quadro 3 evidenciou que as habilidades de PS estão fortemente relacionadas aos determinantes e condicionantes da saúde. Foram identificados três itens vinculados ao bem-estar social, envolvendo a desconstrução de preconceitos, a preservação do patrimônio público e o respeito nas lutas. Além disso, destacaram-se habilidades associadas ao lazer por meio da AF no tempo livre, ao bem-estar físico pela individualização dos exercícios e ao meio ambiente pela articulação entre práticas de aventura e conservação do patrimônio natural.

Na análise do último quadro, as ações de PD concentraram-se nos riscos e no autocuidado relacionados à integridade dos estudantes. Foram identificados dois itens voltados à segurança e à adoção de procedimentos preventivos em lutas e PC na natureza. Além disso, destacaram-se temas socialmente relevantes, como processos de

emagrecimento, a construção histórica dos conceitos de saúde e beleza e os riscos associados ao uso de medicamentos para fins estéticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram consonância entre as competências e habilidades da EF nos anos finais do Ensino Fundamental e os princípios da PS. Verificou-se que a PS, inicialmente presente nas competências gerais, é desdobrada nas competências específicas e habilidades da área, articulando-se às PC. Além disso, destacou-se a compreensão da saúde a partir de seus determinantes e condicionantes sociais, em conformidade com as diretrizes do MS e os documentos analisados.

As evidências apontam para a necessidade de incentivar os professores de EF a sistematizarem suas práticas pedagógicas com base nas competências e habilidades previstas para a área.

Os resultados indicam a necessidade de maior atenção, formação e responsabilização dos profissionais de EF e da gestão escolar na implementação das competências e habilidades previstas pela BNCC. Além da supervisão, cabe aos gestores garantir condições estruturais e pedagógicas adequadas para sua efetivação. Essa articulação pode fortalecer a contribuição da EF para a PS, a qualidade de vida e a formação de cidadãos autônomos e conscientes de seus direitos e deveres em saúde.

A principal dificuldade do estudo foi a análise e classificação das competências e habilidades da BNCC quanto às ações de PS e PD. Como perspectivas futuras, recomenda-se investigar a aplicação dessas competências nas escolas brasileiras e avaliar o conhecimento de professores e gestores sobre as diretrizes da EF prescritas pela BNCC.

AGRADECIMENTOS

O trabalho é produto do PIBIC, para docente e discente, e foi apoiado pela Pró-Reitoria de Pesquisa do UniFOA, Registro nº [95268/24/RPE].

REFERÊNCIAS

BAGRICHEVSKY, Marcos et al. A saúde em debate na Educação Física: destaques a partir de uma abordagem teórica e conceitual. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 115-138, 2008.

BRACHT, Valter et al. A Educação Física escolar e a BNCC: possibilidades e desafios. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 40, n. 4, p. 335-342, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 18055, 20 set. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014.

CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de (org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

CZERESNIA, Dina. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado de (org.). Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. p. 39-53.

DALMOLIN, Betina Barbedo et al. O conceito de saúde na produção científica de enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 64, n. 4, p. 759-766, 2011.

DARIDO, Suraya Cristina. Educação Física na escola: questões e reflexões. Araras: Topbooks, 2003.

FRANÇA, Adryel Silva; FILEMON, Orley Olavo. Educação Física e BNCC: análise das competências e habilidades propostas para turmas do 9º ano do Ensino Fundamental. Revista Acadêmica Online, v. 11, n. 60, p. 1-24, 2025.

FURTADO, Renan Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Educação Física na BNCC: muitas tensões, alguns avanços e perspectivas possíveis. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, e214130, 2018.

IMPOLCETTO, Fernanda Moreto; MOREIRA, Evando Carlos. A Educação Física escolar na BNCC: avanços e desafios. Revista Corpoconsciência, Cuiabá, v. 27, e15228, p. 1-14, 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LALONDE, Marc. El concepto de "campo de la salud": una perspectiva canadiense. In: ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Promoción de la Salud: una antología. Washington: Opas, 1996. p. 3-5.

LEAVELL, Hugh Rodman; CLARK, E. Gurney. Medicina preventiva. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1976.

MORAES, João Carlos et al. Educação Física e a Base Nacional Comum Curricular: uma análise cientiométrica das produções acadêmicas entre 2016 e 2023. Revista Humanidades e Inovação, Palmas, v. 12, n. 1, 2025.

NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física, cultura e sociedade: abordagens críticas para a escola. São Paulo: Phorte, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Carta de Ottawa. Genebra: OMS, 1986. (I Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Declaração de Adelaide: políticas públicas saudáveis. Genebra: OMS, 1988. (II Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Declaração de Sundsvall: ambientes favoráveis à saúde. Genebra: OMS, 1991. (III Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde).

SILVA FILHO, José; SOUZA, Carlos; SOUSA, Fernando. A Educação Física escolar e a promoção da saúde: reflexões sobre a prática pedagógica. Revista Educação Física e Sociedade, v. 11, n. 2, p. 78-92, 2019.

SOARES, Carmen Lúcia et al. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 2002.

SOARES, João Pedro Rodrigues et al. Promoção da saúde e prevenção de doenças: perspectivas de enfermeiros da atenção básica. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 12, 2022.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio et al. O ensino da Educação Física no Ensino Fundamental II: dilemas e perspectivas. Motriz: Revista de Educação Física, Rio Claro, v. 21, n. 3, p. 240-251, 2015.

UNIFOA. Centro Universitário de Volta Redonda. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física. Volta Redonda: UniFOA, 2025.

WINSLOW, Charles-Edward Amory. The untilled fields of public health. Science, v. 51, n. 1306, p. 23-33, 1920.

WORLD HEALTH ORGANIZATION / UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (WHO / UNICEF). Primary Health Care: report of the International Conference on PHC, Alma-Ata, USSR, 6-12 sept. 1978. Geneva: WHO, 1978.

YÉPEZ, Martha A. T.; PINHEIRO, Valéria S. Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. Psicologia & Sociedade, v. 14, n. 2, p. 133-147, jul./dez. 2002.